

STJ00097606

João Costa Neto

# Dignidade humana

---

Visão do Tribunal Constitucional  
Federal Alemão, do STF e  
do Tribunal Europeu

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SACIUR: 0800 055 7688  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
 saraivajur@editorasaraiva.com.br  
 Acesso: www.editorasaraiva.com.br/direito

#### FILIAIS

##### AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro  
 Fone: (92) 3633-4227 – Fax: (92) 3633-4782 – Manaus

##### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Nérea, 23 – Brotas  
 Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895  
 Fax: (71) 3381-0959 – Salvador

##### BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro  
 Fone: (14) 3234-5643 – Fax: (14) 3234-7401 – Baurur

##### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 – Jacarecanga  
 Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384  
 Fax: (85) 3238-1331 – Fortaleza

##### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento  
 Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951  
 Fax: (61) 3344-1709 – Brasília

##### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto  
 Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806  
 Fax: (62) 3224-3016 – Goiânia

##### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro  
 Fone: (67) 3382-3682 – Fax: (67) 3382-0112 – Campo Grande

##### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha  
 Fone: (31) 3429-8300 – Fax: (31) 3429-8310 – Belo Horizonte

##### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinogés, 186 – Batista Campos  
 Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038  
 Fax: (91) 3241-0499 – Belém

##### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Loureiro, 2895 – Prado Velho  
 Fone/Fax: (41) 3332-4894 – Curitiba

##### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Catedor do Bispo, 185 – Boa Vista  
 Fone: (81) 3421-4246 – Fax: (81) 3421-4510 – Recife

##### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro  
 Fone: (16) 3610-5843 – Fax: (16) 3610-8284 – Ribeirão Preto

##### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel  
 Fone: (21) 2577-9494 – Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565  
 Rio de Janeiro

##### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos  
 Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567  
 Porto Alegre

##### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda  
 Fone: PABX (11) 3616-3666 – São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa Neto, João

Dignidade humana : visão do Tribunal  
 Constitucional Federal Alemão, do STF e do Tribunal  
 Europeu / João Costa Neto. – São Paulo : Saraiva,  
 2014. – (Série IDP)

1. Dignidade humana 2. Direito constitucional 3.  
 Direito constitucional - Alemanha 4. Kant, Immanuel,  
 1724-1804 I. Título. II. Série.

13-07179

COU-342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

*Diretor editorial* Luiz Roberto Cunha

*Gerente editorial* Thais de Camargo Rodrigues

*Assistente editorial* Sirlene Miranda de Sales

*Produtora editorial* Clarissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Bianca Miyuki Nakazato

*Arte e diagramação* Isabel Gomes Cruz

*Revisão de provas* Amélia Kassis Ward

Adriano Barbieri

*Serviços editoriais* Kelli Priscila Pinto

Surane Vellenich

*Capa* Mayara Enohata

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Assahi Grafica

*Acabamento* Assahi Grafica

Data de fechamento da edição: 3-9-2013

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio  
 ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e  
 punido pelo art. 184 do Código Penal.

---



---

## Sumário

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Prefácio</i> .....	17
1. Introdução .....	19
2. Dignidade humana: origens histórico-filosóficas até Immanuel Kant .....	22
2.1. Dignidade humana na Antiguidade? Os estoicos e Cícero.....	22
2.2. Pico della Mirandola.....	24
2.3. Tomás de Aquino e David Hume .....	25
2.4. Immanuel Kant .....	25
3. Dignidade humana como conceito jurídico .....	34
3.1. Antipaternalismo .....	35
3.2. <i>Reality Shows</i> , arremesso de anão, <i>Peep-Shows</i> , prostituição e direito à eutanásia .....	38
3.3. Valor intrínseco, direito à autodeterminação e direito geral da personalidade.....	43
3.4. Simplesmente dada ou intersubjetivamente construída? ..	45
3.5. Princípio ou direito fundamental?.....	46
3.6. Obrigação contra si mesmo .....	48
3.7. Isonomia e dignidade humana .....	50
3.8. Princípio constitucional supremo .....	50

3.9. Titularidade da dignidade humana.....	50
3.9.1. Dignidade humana <i>post mortem</i> ?.....	53
3.9.2. Dignidade humana e doação de órgãos .....	56
3.9.3. Dignidade humana, herança, testamento e direitos <i>post mortem</i> .....	56
3.10. Liberdade de expressão, dignidade humana e o <i>hate speech</i> .....	57
3.10.1. Problemas da vedação do <i>hate speech</i> com base na dignidade humana .....	58
3.10.2. <i>Specificatio</i> , direitos autorais e direito geral da personalidade como pretensão individual .....	58
3.10.3. Ofensas à honra, injúria, injúria preconceituosa e homofobia .....	59
3.10.4. Proteção à juventude como limite à liberdade de expressão .....	61
3.10.5. Leis gerais e proteção da juventude: limites dos limites ao direito fundamental à liberdade de expressão.....	61
3.10.6. Grupos tomados coletivamente não possuem dignidade humana.....	63
3.10.7. Fidelidade às premissas decorrentes da liberdade de expressão.....	64
3.10.8. Tolerância ao intolerante .....	65
3.10.9. Kant, direito à resistência e liberdade de expressão .	66
3.10.10. Liberdade de expressão abrange até mesmo os críticos da democracia .....	66
3.10.11. Democracia, neutralidade estatal, suicídio e valores não transigíveis.....	71
3.10.12. O ano de 1933: uma vitória da maioria contra a democracia .....	73
3.10.13. O <i>BVerfG</i> e a liberdade de expressão.....	76
3.11. Dignidade humana e impenhorabilidade de bens.....	78

3.12. Dignidade humana na Lei Fundamental e na Constituição Federal de 1988 .....	82
3.13. Críticas à dignidade humana .....	82
4. Dignidade humana na Jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i> ...	84
4.1. Liberdade de crença.....	87
4.2. O mínimo existencial ou mínimo de existência ( <i>Existenzminimum</i> ).....	89
4.3. Direito fundamental à propriedade.....	96
4.4. Escutas ambientais dentro do lar.....	100
4.5. Lei de segurança aérea .....	101
4.6. Indenização por filho com má-formação cerebral .....	102
4.7. Pena de morte, penas cruéis ou atroztes ( <i>grausame Strafe</i> ), pena perpétua e reinserção na sociedade.....	104
4.8. Alteração de registro civil por transexual .....	106
4.9. Autodeterminação informativa ( <i>informationelle Selbstbestimmung</i> ).....	107
4.10. Dignidade humana após a morte: o <i>Mephisto-Urteil</i> ....	110
4.11. O <i>BVerfG</i> e a permissibilidade do aborto .....	111
4.12. Eficácia do direito fundamental à dignidade humana nas relações privadas.....	112
5. A dignidade da pessoa humana na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: um caso de trivialização e constitucionalização simbólica? .....	112
5.1. A constitucionalização simbólica da dignidade humana no Brasil.....	113
5.2. A contribuição da forma de deliberação no Supremo Tribunal Federal (STF) para a indefinição do conceito de dignidade humana.....	114
5.3. Dignidade humana como legislação-álibi e cinismo .....	115
5.4. Ambiguidade e trivialização.....	116
5.5. Dignidade humana, <i>Alice através do espelho</i> e <i>Humpty Dumpty</i> .....	118

5.6. Estudo empírico do conceito de dignidade humana na jurisprudência do STF .....	118
5.6.1. A dignidade humana e a briga de galos: o caso da ADI 1856 .....	119
5.6.2. Dignidade humana e tutela do meio ambiente no <i>Grundgesetz</i> .....	120
5.6.3. A dignidade humana, o limite da atuação do CNJ e o sigilo das sanções administrativas aplicadas a juízes: o caso da ADI 4638 .....	121
5.6.4. A dignidade humana e a Lei Maria da Penha .....	123
5.6.5. Dignidade humana e trabalho escravo: o Inquérito 2131 do STF .....	125
5.6.6. A dignidade humana veda a anulação, depois de decorridos 5 anos, de ato inicial de concessão de pensão ou aposentadoria? .....	127
5.6.7. Dignidade humana e células-tronco .....	128
5.6.8. Dignidade humana e interrupção da gestação de feto anencefálico .....	131
5.6.9. Dignidade humana e uniões homoafetivas .....	139
5.6.10. Dignidade humana e mínimo existencial: o benefício de prestação continuada no Supremo Tribunal Federal .....	141
5.6.10.1. Mínimo existencial para estrangeiros no Brasil? .....	144
5.6.10.2. A constitucionalidade dos critérios de aferição de renda para concessão de benefício assistencial.....	145
5.6.10.3. Considerações finais sobre o mínimo existencial na jurisprudência do STF .....	151
5.6.11. Dignidade humana e revista íntima de empregados: o RE de n. 160.222 .....	152
5.6.12. Dignidade humana e aplicação de estatuto pessoal distinto para empregado estrangeiro: o RE de n. 161.243 .....	153

5.6.13. Dignidade humana, segurança jurídica e concessão de terras públicas .....	154
5.7. Dados estatísticos e breves considerações sobre a orientação do Supremo Tribunal Federal no que concerne à dignidade humana.....	155
6. Dignidade humana na jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) .....	159
6.1. Observações conceituais sobre a dignidade humana na União Europeia .....	162
6.2. Dignidade humana e direito à vida .....	163
6.3. Dignidade humana e privacidade informativa .....	164
6.4. Dignidade humana e a proibição da tortura.....	167
6.5. Dignidade humana e escravidão .....	169
6.6. Dignidade humana e penas de morte ou degradantes....	170
<i>Conclusão</i> .....	173
<i>Referências</i> .....	185